

XXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, Telefones (XX) XXXXXXXX

Fulano de tal, nacionalidade, menor impúbere, portadora da carteira de identidade nº XXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, natural de XXXXX-DF, filha de Mãe de tal e Pai de tal e **Fulano de tal**, nacionalidade, menor impúbere, natural de XXXXX, filha de Pai de tal e Mãe de tal, ambos neste ato representados por sua genitora **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da carteira de identidade nº XXXXXXXX SSP-DF, inscrita no CPF sob o nº XXXXXXXX, natural de XXXXX-DF, filha de Pai de tal e Mãe de tal, domiciliada e residente no XXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, Telefones (XX) XXXXXXXX

:

DOS FATOS

O *de cujus* **Fulano de tal**, possuía a seguinte qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão, Identidade nº XXXXXXXX- SSP/DF, CPF nºXXXXXXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXXXXXXXX-DF.

A requerente conheceu o *de cujus* em meados de XXXX na cidade de XXXXXXXX-DF, e logo em seguida passaram a morar juntos em como se casados fossem.

A união estável entre ambos, marcada pela convivência pública, notória, contínua, ininterrupta e com o objetivo de constituir família, durou aproximadamente XX (XXX) anos, até a data em que ocorreu o falecimento do companheiro **Fulano de tal**.

O *de cujus*, faleceu no dia XX de XXXX de XXXX, conforme certidão de óbito, em anexo, em decorrência de, **verbis**:

“CAUSA DA MORTE: Choque Séptico, Pielonefrite Aguda,”.

DOS FILHOS

Da união estável havida entre a Requerente e o *de cujus*, nasceu o filho **Fulano de tal**.

DA UNIÃO ESTÁVEL

Durante os XX (XXX) anos de relacionamento, não houve ruptura na convivência entre o casal, não tendo os conviventes nenhum outro relacionamento amoroso.

Da mesma forma, durante todos esses anos, o casal constituiu publicamente uma família, que contou principalmente com a interação dos conviventes com os parentes um do outro. A união ocorreu até a data do falecimento de **Fulano de tal**.

DOS BENS e DAS DÍVIDAS

O casal durante a união estável adquiriu os eventuais direitos do imóvel situado na XXXXXXXXXXXX/DF, cedido pelo Governo do Distrito Federal, conforme inscrição n. XXXXXXXXXX, avaliado em R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX)

Não foram adquiridas dívidas durante a união do casal.

Assim, **ao final deverá ser reconhecido o direito da Requerente a meação sobre os direitos do imóvel supracitado.**

DO DIREITO

A pretensão da requerente encontra amparo na Constituição Federal, no Código de Processo Civil Brasileiro e no Código Civil, entre outros diplomas legais, confira-se:

Constituição Federal:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

CPC:

Art. 19. O interesse do autor pode limitar-se à declaração:

I - da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica;

II - da autenticidade ou da falsidade de documento.

Código Civil:

“Art. 1.723 É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.”

DOS PEDIDOS

ISSO POSTO, requer a Vossa Excelência:

- 1) Sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- 2) A citação do Réu, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse do Autor na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;
- 3) a intervenção do Ministério Público;
- 4) a procedência dos pedidos, reconhecendo-se a união estável havida entre a requerente e o *de cujus* no período compreendido **XXX de XXXX até o dia XX de XXXX de XXX, data da ocorrência do óbito, bem como, declarando-se o direito da Requerente a meação sobre os eventuais direitos do imóvel descrito no item “DOS BENS E DAS DÍVIDAS” da presente petição;**

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial, pela prova documental e depoimento das testemunhas arroladas.

Atribui-se a causa o valor de R\$ XXXXX

Nesses termos, pede deferimento.
XXXXXXXX-DF,

FULANO DE TAL

Requerente

FULANO DE TAL

Defensor Público

ROL TESTEMUNHAS: